



ternalização da realidade externa possibilitada pela mediação simbólica que acontece através das interações sociais. O ser humano singular tem como valor a essência do ser, do existir, do agir e de transformar as barreiras em possibilidades para indivíduo usufruir plenamente destas interações. O que possibilita às crianças com necessidades especiais superar a desmotivação para estarem em sala de aula, executando determinadas atividades, encontrando respostas diferentes da agressividade e a inquietação dentre outros fatores que impedem o seu desenvolvimento intelectual.

Referências

SANTOS, Berttina Steren (Vygotsky e a Teoria Historica-Cultural. In ROSA, Forge La. **Psicologia da Educação o Significado do Aprender**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação Social da Mente**. 6º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. Tradução: Jefferson Luis Camargo: revisão técnica José Capolla Neto. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Karla Eveline Barata de Carvalho
Vanda Magalhães Leitão

Introdução

A Educação Especial vem passando por mudanças significativas. A educação escolar é um direito garantido a todos os alunos, mobilizando assim a escola para a inclusão escolar de alunos com deficiência.

A Educação Inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Constitui um espaço para que os educadores da escola regular e especial, alunos, pais, possam criar juntos escolas democráticas e de qualidade, preocupando-se em atender a todas as crianças.

Articular as temáticas educação e inclusão torna-se uma tarefa indispensável, quando a sociedade e o sistema escolar buscam meios de garantir a todos, o cumprimento dos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente, dentre estes, a almejada educação de qualidade. Sob esse prisma, a reflexão acerca da prática educativa exige o repensar docente e suas dimensões, bem como a organização do Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola.

Sob esse enfoque, a Educação Especial se organizou como atendimento educacional especializado configurando-se por muitos anos como um sistema paralelo de ensino, tornando-se uma compreensão equivocada de substituição do ensino regular pelo ensino especial, levando assim a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

Como nos mostra a LDBEN, em seu artigo 59, inciso II, “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes



comuns, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

Nessa perspectiva, acreditamos em um novo conceito para a Educação Especial, garantindo a todos os alunos o acesso a escola regular, removendo as barreiras impostas pela deficiência através do serviço do Atendimento Educacional Especializado-AEE, regulamentado pelo Decreto 6571 de 18 de setembro de 2008.

O direito ao AEE, agora como serviço da Educação Especial, oferecido preferencialmente na escola regular, difere do ensino comum. Essa forma de atendimento não substitui mais a escola regular, o que se ensina é diferente desta, o aluno com deficiência aprende estratégias de como lidar com o conhecimento sendo capaz de participar da sala de aula regular junto com seus colegas.

Assim, dentro deste exposto surge o objetivo geral e específico desta pesquisa.

Objetivo geral

Avaliar o trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede Municipal de Fortaleza e suas implicações para o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Objetivos específicos

- Conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola e identificar a inclusão dos alunos com deficiência;
- Analisar o plano de AEE dos alunos atendidos na sala de recursos multifuncionais;
- Identificar o uso da tecnologia assistiva, visando à realização de tarefas acadêmicas e adequação do espaço escolar;
- Investigar a articulação entre o professor da sala comum e o professor da sala de recurso multifuncional.

Metodologia

Para delinear os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, o ponto de partida inicial foi localizar através da Secretaria Municipal de Educação-SME, as escolas que oferecem o AEE, bem como identificar o tipo de deficiência atendido por essas escolas da rede pública municipal de educação de Fortaleza.

Delimitado o problema, os objetivos gerais e específicos, foi delineada a abordagem a ser seguida e seus desdobramentos práticos para a execução do trabalho de campo.

A abordagem utilizada para a pesquisa é de característica qualitativa por essa examinar os contextos humanos da forma como são vivenciados e no ambiente em que estas vivências ocorrem. Pesquisas com esta visam à compreensão do comportamento humano a partir do que cada pessoa, ou pequenos grupos de pessoas, imaginam ser a realidade.

A estratégia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa será o estudo de caso, já que no âmbito educacional esse tipo de pesquisa é bastante utilizada, por desenvolverem-se numa situação naturalística da qual se pode extrair dados descritivos focalizando-se na realidade de forma ampla e com flexibilidade de planejamento.

Os instrumentos que utilizarei nesta pesquisa serão a observação feita na sala de aula regular e na sala de recurso multifuncional além da aplicação de entrevistas individuais semi-estruturadas aos professores, a família e a equipe gestora.

Para a coleta de dados observados será utilizado como instrumento um diário de campo, em que constarão todas as anotações observadas durante a pesquisa, permitindo uma análise mais profunda da realidade a ser pesquisada.

Conclusão

Com essa pesquisa pretendo colaborar com o debate atual sobre o processo de inclusão, esclarecendo como ocorre o



desenvolvimento do aluno com deficiência no espaço escolar inclusivo tendo este como apoio o serviço do AEE, levando em consideração a diversidade existente na escola, bem como as práticas docentes que atuam dentro da Perspectiva da Educação Inclusiva, combatendo o segregacionismo, favorecendo, assim, a inclusão.

Referências

ALVES, Denise O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: ME/ ,SEESP, 2006.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de Inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. [Orgs. ROSA, Dalva E. Gonçalves. SOUZA, Vanilton Camilo de Souza]. Ri de Janeiro: DP&A, 2002.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial**. v.1,n.1(out.2005).-Brasília:Secretaria de Educação Especial,2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

_____. (org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

STAINBACK,Susan;STAINBACK,William.Inclusão:um guia prático para educadores.Porto Alegre:Artes Médicas Sul,1999.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



AVALIANDO O PROJETO “TUDO SOBRE MIM”

Tereza Raquel Santos de Oliveira
Evellyze Martins Reinaldo

Introdução

O presente trabalho relata uma experiência de estágio desenvolvida em uma turma de 2° ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Fortaleza, requisito fundamental para conclusão da disciplina de Prática em Educação Inclusiva do curso de pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Este texto tem como objetivo analisar a realidade encontrada e avaliar nossas intervenções pedagógicas, bem como, avaliar também nossa formação acadêmica.

A inclusão de crianças com deficiência sempre foi um assunto polêmico. Há pouco tempo ganhou novos rumos e novas possibilidades. De acordo com a política do governo federal publicada em janeiro de crianças com deficiências não sejam discriminadas e possam aprender num ambiente desafiador em parceria com seus pares sem deficiência.

A idéia de que o mundo é feito de diversidade tem sido cada vez mais difundida nas escolas brasileiras. A inclusão vem crescendo com maior ênfase no Ensino Fundamental. Esse direito é garantido por leis nacionais e internacionais. A Constituição de 1988 garante o direito à escola, este principio ganhou mais força com o Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990 que foi atualizado em 2009 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de1996. Internacionalmente, a Declaração de Salamanca, de 1994, nos mostra o resultado positivo da inclusão em escolas comuns:

O aluno conhece – como qualquer outra criança, jovem ou adulto – também tem direito a desenvolver o seu potencial, assegurado por legislação nacional e internacional, podendo colaborar, de